

ROBERTO RODRIGUES, EX-MINISTRO, FALA SOBRE A EXPANSÃO DO SETOR AGRÍCOLA

Sílvio Ribas/Correio Braziliense

O avanço da agricultura e da pecuária no país depende da aplicação de políticas externas ousadas e de mais investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes.

O engenheiro agrônomo, professor e ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues é um dos maiores defensores da vocação brasileira para ser o maior produtor mundial de alimentos. Desde a década passada, ele cultiva a expectativa de que esse pódio seria atingido em 2020, desbancando os Estados Unidos. Mas a demora do país em solucionar velhos gargalos no campo, como os de transporte e armazenamento, o deixaram menos otimista. "Falta uma estratégia de país para o agronegócio. O setor privado faz a sua parte, mas ainda depende de conjunturas favoráveis, como os ainda elevados preços internacionais de soja e milho", desabafa nesta entrevista ao Correio.

Na avaliação de Rodrigues, os avanços tecnológicos aplicados no campo continuam garantindo saltos de produtividade, mas esses mesmos ganhos são ameaçados com a perspectiva de alta nos custos de frete e com o permanente risco de quebras de safra e quedas repentinas de cotações. Nesse sentido, cobra do governo tirar do papel o seguro rural, criado há dez anos, e propõe uma opção mais segura pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs) para construir novos corredores logísticos. "Essas poderiam ser uma saída, mas ainda há muita incerteza", lamenta.

Entrevista Roberto Rodrigues

O senhor mantém a aposta de que o Brasil será líder na produção de alimentos até 2020?

Estou um pouco menos seguro graças à persistência no horizonte de velhos problemas, como a infraestrutura. A continuidade do sucesso da agropecuária brasileira depende cada vez mais de terceiros do que dela própria. Tenho grande preocupação com os gargalos logísticos, pois haverá dificuldade explícita para escoar a safra recorde de grãos deste ano. O valor médio do frete rodoviário de cargas deve subir 50% em 2013, em razão de reajustes de combustíveis e das novas regras para os caminhoneiros, com paradas obrigatórias após guiar por oito horas. A movimentação portuária é outro transtorno, ilustrado com navios parados há um mês em Paranaguá (PR) para descarregar fertilizantes. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) propostas pelo governo para construir rodovias, ferrovias e portos podem ser uma saída, mas ainda há incerteza em torno desses empreendimentos e seus calendários.

Ao menos o cenário externo conspira a favor, com consumo em alta e recuo de concorrentes.

Poderia ser melhor porque o campo se ressentiu muito da falta de uma política comercial mais agressiva e coordenada pelo governo. O país sempre espera que as coisas aconteçam a seu favor, sobretudo nas negociações globais para destravar as trocas de mercadorias agrícolas. Mesmo com todos os esforços diplomáticos para reduzir o protecionismo, sobretudo o europeu, percebemos elevados preços de alimentos em mercados domésticos que não mais se justificam. Apostamos tudo em Doha, que está desmaiada há 11 anos. Nesse meio tempo, vizinhos nossos como Chile, Colômbia e México fizeram dezenas de acordos bilaterais. O Brasil não tem nenhum. É preciso brigar mais para derrubar barreiras alfandegárias e de outros tipos e ainda se esforçar para agregar valor à pauta de exportações do agronegócio brasileiro. A China, por exemplo, só quer importar soja em grão para beneficiá-la em seu território. Temos de substituir gradualmente todos esses volumes brutos pela sua forma de farelo e óleo.

"O governo precisa brigar mais para derrubar barreiras alfandegárias e se esforçar para agregar valor à pauta de exportações do agronegócio brasileiro"

Os avanços do país em tecnologia própria voltada à agricultura tropical compensaram os gargalos?

É notória a falta de uma estratégia de país para o campo. O setor privado faz a sua parte, mas ainda depende de conjunturas favoráveis, como os ainda elevados preços internacionais de soja e milho. A melhora da safra de grãos foi em boa parte favorecida pela seca norte-americana, que puxou preços para cima. Em reação, os empreendedores abriram fronteiras e pastos. Mas, de novo, ficamos dependentes da variável externa. No momento seguinte, 2014 talvez, a situação pode ser desfavorável, sem que estejamos preparados. Nesse caso, todas as nossas carências ficariam expostas. Não posso deixar de considerar o fato de que os institutos de pesquisa agropecuária do Brasil nos garantem, ano após ano, importantes ganhos de produtividade. Mas esse mérito do campo, liderado pela Embrapa e por outras empresas públicas, não compensa a falta de políticas mais agressivas na abertura de comércio, em garantias de preço e na confirmação de atestados sanitários.

O campo está pronto para dar um salto de produção no que se refere aos riscos financeiro e jurídico?

Ainda temos uma questão séria a resolver no item renda agrícola do Brasil. Não acredito que ela tenha melhorado a ponto de dar segurança ao produtor. O seguro rural e as políticas de renda não prosperaram, mesmo tendo o Banco do Brasil criado uma seguradora só para tratar do segmento. O cenário ainda é incerto e não dispomos de um instrumento que é comum em muitos países. Em dezembro de 2003, o presidente Lula sancionou a lei do seguro rural, aprovada pelo Congresso. Até hoje ela não saiu do papel. São 10 anos de espera. Sem a efetiva política de preço mínimo, investimentos viram dívidas impagáveis. Outros impasses para o produtor continuam na burocracia para licenciamento

ambiental, em restrições para estrangeiros adquirirem terras e na legislação trabalhista.

"Não acredito que a renda agrícola do Brasil tenha melhorado a ponto de dar segurança ao produtor. O seguro rural e as políticas de renda não prosperaram. São 10 anos de espera"

Em outras áreas promissoras e das quais o país é destaque, como o etanol, o otimismo é válido?

Para o agronegócio brasileiro em geral falta uma estratégia de país. As dificuldades enfrentadas nos últimos dois anos pelos produtores de etanol, por exemplo, evidenciaram o quão grave é não ter um plano para enfrentar razoavelmente as mudanças de cenário. As quedas nas safras de cana-de-açúcar, em razão da estiagem, e dos subsídios dados ao preço da gasolina, como política de controle da inflação, quase fizeram desmoronar o mais longo e bem-sucedido programa nacional de produção de biocombustíveis (Proálcool). Sob o argumento de controlar a inflação, a sociedade tem de bancar o prejuízo da Petrobras. Todos os lados perderam com essas indefinições de natureza política.

Os resultados do setor de carnes, com avanço nas exportações, sugerem perspectivas mais ousadas?

Não necessariamente, porque precisamos enfrentar de vez o desafio sanitário. A febre aftosa ainda paira como uma espada sobre nossas cabeças, com uma ameaça permanente de embargo. Essa situação foi banida do México em 1948. Por isso devemos ter uma atuação diplomática mais firme para afastar qualquer suspeita sobre nosso rebanho bovino.